

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.167 - PR (2019/0253466-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADOS : DÉBORA SPEROTTO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - PR051867
EMANUELLI LUISA MONTEIRO - PR075802
RECORRIDO : KARINA THAIZ SARMENTO
RECORRIDO : MAYKON MARCIDEELLI SARMENTO
RECORRIDO : OBRASEECA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO
LTDA
RECORRIDO : ANGELICA LAIS SARMENTO
RECORRIDO : APARECIDA MARA MARCIDEELLI
ADVOGADOS : MARYLISA LEONOR FRANCISCO BALBINO SETTI E OUTRO(S) -
PR010110
FERNANDA BALBINO BORDIGNON - PR065766

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. NEGATIVA DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA INCONTROVERSA. PRESCINDIBILIDADE DA PROVA PARA O ADEQUADO DESLINDE DA DEMANDA. EMPRESA QUE POSSUÍA APENAS SÓCIOS/DIRETORES. MÁ-FÉ DO PROPONENTE NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE TENHA OMITIDO OU FALSEADO INFORMAÇÕES. RISCO ACEITO PELA SEGURADORA, QUE NÃO EXIGIU ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS E RECEBEU O PAGAMENTO DO RESPECTIVO PRÊMIO. FORMA DE PAGAMENTO. ARTIGO 792 DO CÓDIGO CIVIL. METADE DO CAPITAL DESTINADO À CÔNJUGE NÃO SEPARADA JUDICIALMENTE. RESTANTE PARA OS SEIS FILHOS DO SEGURADO, FIGURANDO APENAS TRÊS NO POLO ATIVO DA DEMANDA. DEMAIS HERDEIROS QUE NÃO INTEGRARAM A LIDE. RESERVA DA COTA-PARTE IDEAL PARA CADA UM DELES. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM GRAU RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. PERCENTUAL MÁXIMO JÁ ALCANÇADO. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO, COM ALTERAÇÃO EX OFFIC/O DE PARTE DA SENTENÇA" (e-STJ fl. 462).

Nas razões recursais (e-STJ fls. 503-517), a recorrente alega violação dos seguintes artigos e suas respectivas teses:

(i) artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 - não incidência da multa aplicada nos embargos de declaração;

Superior Tribunal de Justiça

(ii) artigos 757, 760, 765, 766 e 781 do Código Civil - inexistência cobertura contratual a garantir o pagamento de indenização;

(iii) artigos 369 e 373, II, do Código de Processo Civil de 2015 - cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide.

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Primeiramente, não subsisti a alegação de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide.

Eis o acórdão recorrido, no que interessa à espécie:

"Sustenta a R/Apelante que a sentença deve ser anulada, por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento da produção de prova essencial ao deslinde da demanda.

Sem razão, no entanto, pois a prova que a R/Apelante pretendia produzir refere a matéria incontroversa, uma vez que os A/Apelados não negam que a empresa não possuía funcionários no período de vigência do contrato, havendo, inclusive, provas nesse sentido, juntadas com a contestação (mov. 16.19/16.21) e pelos próprios A/Apelados (mov. 28.1/28.3).

Tanto é assim que não houve qualquer insurgência da R/Apelante sobre o tema quando da apresentação das suas alegações finais (mov. 35.1).

Destarte, resta evidente que a prova era desnecessária, permitindo o julgamento antecipado da demanda, pelo que se afasta a alegação de cerceamento de defesa, passando-se ao mérito recursal"(e-STJ fl. 465).

Com efeito, devem ser levados em consideração os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 130 do CPC/1973), permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

Dessa forma, não há falar em nulidade processual por ausência de produção de prova, visto que a decisão vergastada procedeu à devida análise dos fatos e a sua adequação ao direito.

Ademais, ultrapassar os fundamentos do acórdão para acolher a tese sustentada pela recorrente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. VÍCIO DE

Superior Tribunal de Justiça

CONSTRUÇÃO. DECADÊNCIA. FRAGILIDADE DA OBRA. REEXAME. MATÉRIA DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA ILÍQUIDA. PEDIDO CERTO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE

1. Não é possível o conhecimento de recurso especial quando visa reformar entendimento do Tribunal local que, baseado na prova pericial produzida, concluiu que os vícios de construção eram relativos à fragilidade da obra. Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, o que atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Não se pode falar em julgamento extra petita, pois o órgão julgador não afrontou os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa da requerida, tendo sido respeitado o princípio da congruência.

4. A circunstância de o autor haver formulado pedido certo não impede que o magistrado remeta as partes para a liquidação de sentença, se estiver diante de um quadro probatório insuficiente.

5. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

6. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 889.302/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Não há falar em afronta aos arts. 458 e 535 do CPC/73, porquanto a tese de cerceamento de defesa foi devidamente apreciada pela Corte de origem, embora de forma contrária aos interesses da parte. 2. A jurisprudência do STJ possui entendimento segundo o qual o julgamento da lide, em que reputada desnecessária a produção de prova pericial anteriormente deferida, não acarreta preclusão pro judicato, tendo em vista a inaplicabilidade do respectivo instituto, no campo probatório, para o magistrado.

3. Cabe ao julgador verificar a existência de provas suficientes nos autos para ensejar o julgamento antecipado da lide e indeferir a produção de provas consideradas desnecessárias, conforme o princípio do livre convencimento do julgador. Infirmar tais fundamentos demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 622.577/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017).

Em relação à cobertura securitária, a Corte de origem assim consignou:

"Da análise do conjunto fático-probatório colacionado aos

Superior Tribunal de Justiça

autos, não é possível concluir, com a segurança e a imparcialidade necessárias, que o Segurado agiu de má-fé, ou que omitiu informações que pudessem vir a justificar eventual negativa de cobertura securitária.

Importante destacar, nesse contexto, que a seguradora possui a prerrogativa de recusar as propostas de seguro que lhe são enviadas, podendo solicitar documentos complementares para análise e aceitação do risco, sendo-lhe imposto, no entanto, o dever de comunicar formalmente a recusa, de forma justificada, nos termos dos artigos 22, §§ 12, 22 32 e 42; e 8º, ambos da Circular nº 251/2004 da SUSEP, in verbis:(...)

(...)

O único documento que conta com assinatura do falecido Segurado, então representante da Estipulante, é a Proposta de Contratação do seguro (mov. 1.9), na qual há uma breve menção ao número de funcionários e sócios/diretores, sem qualquer evidência de que o Segurado tenha sido responsável pelas informações ali constantes.

(...)

Logo, a Seguradora tinha condições de analisar e aceitar ou não o risco caso assim desejasse, podendo solicitar documentação adicional no intuito de checar se as informações constantes na proposta estavam dentro dos requisitos exigidos para a contratação. Entretanto, não pediu informações adicionais, aceitou a proposta e iniciou a cobrança do prêmio (mov. 1.11/1,14).

Diferente seria a situação se o proponente tivesse que preencher a proposta e consignasse informações falsas, ou deliberadamente omitisse dados cruciais para análise do risco.

Neste caso, vê-se que a Seguradora, ao invés de se acautelar na contratação, e deixar claro ao proponente os requisitos para a aceitação da proposta, aceitou-a e, somente no momento da liquidação do sinistro, alegou que houve suposta irregularidade quando firmado o pacto.

Segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a má-fé exige prova para se caracterizar, não podendo ser presumida para afastar a cobertura securitária.

(...) Assim, conclui-se que a cobertura securitária é devida, sendo acertada a sentença nesse ponto" (e-STJ fls. 466-470).

Desse modo, assim como posta a matéria, a verificação da procedência dos argumentos expendidos no recurso obstado exigiria, por parte desta Corte, o reexame de matéria fática, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

No tocante à multa imposta nos embargos declaratórios, a insurgência merece acolhida.

Com efeito, no presente caso, o referido recurso objetivava prequestionar teses para a interposição do recurso especial, motivo pelo qual deve ser afastada a multa do art. 1.026 do CPC/2015, com base na aplicação da Súmula nº 98/STJ: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório*".

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO

Superior Tribunal de Justiça

ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ESTACIONAMENTO. ACOLHIMENTO DA PERÍCIA. VIOLAÇÃO NORMATIVOS FEDERAIS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INCOMPLETA. DESCARACTERIZAÇÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. INTUITO PROTELATÓRIO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 98/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO ACERVO PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ.

1. (...)

2. Os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório, daí a afastar a cominação da sanção. Inteligência da Súmula 98/STJ.

3. (...)

4. Agravo conhecido para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento"

(AREsp nº 1.235.015/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 7/3/2018).

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e nesta extensão dou-lhe provimento, para afastar a multa imposta pelo tribunal de origem quando do julgamento dos embargos de declaração (e-STJ fl. 476).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator